

“AMAZÔNIA AZUL”: A NOVA FRONTEIRA ORIENTAL DA SOBERANIA BRASILEIRA

Benedito Souza Gomes¹; Jairo Marcondes de Souza²; Ricardo Pinheiro Machado³

¹ PETROBRAS; ² PETROBRAS; ³ PETROBRAS

RESUMO: Depois de quase duas décadas de aquisição, processamento, interpretação e integração de dados batimétricos e geofísicos do projeto LEPLAC – Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira –, o Governo brasileiro apresentou às Nações Unidas, em setembro de 2004, sua proposta de limite exterior da plataforma continental estendida além do limite das 200 milhas náuticas, nos termos em que a plataforma continental é definida, no seu enfoque legal ou jurídico, no artigo 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS-1982). Por quase três anos esta proposta esteve sob análise da Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLCS), um ramo da DOALOS (*Division of Ocean Affairs and Law of the Sea*) da ONU. Em abril de 2007, o Brasil recebeu da CLCS as “recomendações” sobre a sua proposta, em que parte da nossa reivindicação foi aceita e parte foi considerada incompleta ou insustentável. Nossa tarefa é agora a de defender os interesses brasileiros e refutar o ponto de vista da CLCS, com novos argumentos e dados. Sob a gestão da CIRM (Comissão Interministerial para os Recursos do Mar), o LEPLAC foi conjuntamente realizado pela Marinha do Brasil, Petrobras e Comunidade Científica (representantes de universidades brasileiras). Os trabalhos do LEPLAC consistiram na aquisição, processamento, interpretação e integração de um volume expressivo de dados batimétricos, gravimétricos, magnéticos e sísmicos multicanais, que deram origem a vários relatórios e trabalhos técnicos, bem como a artigos apresentados em congressos e publicados. Os elementos geomorfológicos mais importantes na chamada “Lei do Mar” (UNCLOS – 1982) são: as linhas de base, que, grosso modo, correspondem à linha de baixa-mar, conforme indicada nas cartas náuticas produzidas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha do Brasil, sendo utilizadas como a origem do mar territorial de 12 M (22,2km), da zona contígua de 24 M (44,4km) e da zona econômica exclusiva (ZEE) de 200 M (370,4km) e a plataforma continental (PCJ), a qual compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 M. Na PCJ, segundo a UNCLOS, o Estado costeiro exerce direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais e esses direitos são exclusivos. O limite exterior da PCJ de um Estado costeiro deve ser determinado pela utilização integrada de critérios baseados no traçado do pé do talude continental e na espessura sedimentar existente entre este e a região abissal. Não menos importantes nesse processo são os traçados das 350 M (648,2km) a partir das linhas de base e da isóbata de 2500m. A proposta brasileira reivindica a incorporação de uma área oceânica com 953 525 km² de PCJ além do limite das 200 M da ZEE Brasileira. Sem sombra de dúvidas, o trabalho do LEPLAC envolve uma questão estratégica de soberania nacional e de geopolítica brasileira no Atlântico Sul. Considerando a possibilidade de ocorrência de diversos recursos naturais em regiões hoje pouco conhecidas, a área oceânica delimitada pelo LEPLAC será um legado para as futuras gerações brasileiras. Isto significa dizer que o Brasil poderá incorporar uma área marítima de 4 451 766 km² (ZEE + PCJ) – um pouco mais que a metade da área continental de 8 514 876 km², área essa que se convencionou chamar de “Amazônia Azul” e é equivalente à área da nossa “Amazônia Verde”.